CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2020/2022

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: RS001350/2021
DATA DE REGISTRO NO MTE: 04/05/2021
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR020672/2021
NÚMERO DO PROCESSO: 10264.103205/2021-31
DATA DO PROTOCOLO: 30/04/2021

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DAS EMPRESAS DO COMPLEXO INDUSTRIAL DA SAUDE NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SINDICIS, CNPJ n. 92.960.855/0001-82, neste ato representado(a) por seu e por seu e por seu ;

E

SINDICATO DOS PROPAGANDISTAS, PROPAGANDISTAS VENDEDORES, VENDEDORES E CONSULTORES DE VENDAS DE PRODUTOS FARMACEUTICOS DE PASSO FUNDO RS, CNPJ n. 15.336.294/0001-02, neste ato representado(a) por seu ;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de abril de 2020 a 31 de março de 2022 e a data-base da categoria em 01º de abril.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **dos Propagandistas, Propagandistas Vendedores, Vendedores e Consultores de Vendas de Produtos Farmacêuticos**, com abrangência territorial em **Passo Fundo/RS**.

**SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO
PISO SALARIAL****CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL**

Fica estabelecido um piso salarial mensal de R\$ 1.570,00 (um mil quinhentos e setenta reais) a partir de 01/04/2020 e de R\$ 1.678,96 (um mil seiscentos e setenta e oito reais e noventa e seis centavos) a partir de 01/04/2021.

REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS**CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL**

As empresas concederão aos seus empregados integrantes da categoria profissional conveniente, em 01/04/2021, relativamente ao período revisando de 01/04/2019 a 31/03/2021, um reajuste salarial de 6,94% (seis vírgula noventa e quatro por cento), a incidir sobre os salários vigentes em 01/04/2019, já reajustados pela aplicação da norma coletiva anterior a esta, observado, no que pertine às compensações, o que segue: ressalvadas as situações decorrentes de término de aprendizagem, promoção por merecimento e antiguidade, transferência de cargo, função, estabelecimento ou de localidade, bem como de equiparação salarial determinada por sentença transitada em julgado, na hipótese de empregado admitido após a data-base, ou, em se tratando de empresa constituída e em funcionamento depois da data-base, o reajustamento será calculado de forma proporcional em relação à data de admissão, e com preservação da hierarquia salarial.

PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS

CLÁUSULA QUINTA - SALÁRIO QUANDO DA ADMISSÃO

O empregado admitido para função de outro dispensado sem justa causa, terá garantido salário igual ao do empregado de menor salário na função, sem considerar vantagens pessoais.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A SALÁRIOS, REAJUSTES, PAGAMENTOS E CRITÉRIOS PARA CÁLCULO**CLÁUSULA SEXTA - COMPLEMENTAÇÃO DE SALÁRIO / AUXÍLIO PREVIDENCIÁRIO**

Aos empregados que se afastarem do trabalho por mais de 15 (quinze) dias por motivo de acidente do trabalho, entrando em gozo de benefício previdenciário, fica garantida a complementação de salário (salário fixo mais comissões) pelas empresas pelo período de 18 (dezoito) meses.

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS ADICIONAL DE HORA-EXTRA**CLÁUSULA SÉTIMA - ADICIONAL DE HORAS EXTRAS**

As duas primeiras horas extraordinárias serão remuneradas com o adicional de 50% (cinquenta por cento) e as demais com 70% (setenta por cento).

ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO**CLÁUSULA OITAVA - BIÊNIO**

Tendo sido eliminado o benefício em 01/02/2017, as empresas assegurarão somente aos empregados que já percebem valores a título de biênio a continuidade de tais pagamentos, pelo seu valor e não mais em percentual do salário fixo, cujos pagamentos serão feitos de forma destacada do salário, como vantagem pessoal, em rubrica própria na folha de pagamento, sujeitos aos mesmos reajustes concedidos espontaneamente pela empresa a todos os seus empregados ou pactuados em norma coletiva.

PRÊMIOS**CLÁUSULA NONA - PRÊMIOS/QUOTAS DE VENDAS**

As empresas que venham a estabelecer prêmios e/ou quotas de venda a serem atingidos por seus empregados, deverão informar a política para obtenção dos prêmios e/ou quotas de venda e o atingimento das metas estabelecidas pelo empregador.

Parágrafo primeiro

A política de prêmios e/ou quotas, quando instituídas, deverá conter a indicação das quantidades de produtos e/ou valores a serem atingidos, correspondente a região de atuação do empregado, bem como os valores a serem pagos aos mesmos.

Parágrafo segundo

As metas a serem atingidas e a política para a obtenção dos prêmios/quotas de venda poderão ser divulgadas por via escrita, ou por meios informatizados e/ou eletrônicos, disponibilizados aos empregados.

AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO**CLÁUSULA DÉCIMA - VALE REFEIÇÃO**

As empresas que não fornecem alimentação a seus empregados, obrigam-se a lhes fornecer vale-refeição ou *ticket* de alimentação de valor unitário não inferior a R\$ 31,40 (trinta e um reais e quarenta centavos) a partir

de 01/04/2020 e a R\$ 34,00 (trinta e quatro reais) a partir de 01/04/2021, em número igual ao de dias efetivamente trabalhados no mês.

AUXÍLIO EDUCAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - AUXÍLIO ESCOLAR

Será concedido um auxílio escolar, no mês da comprovação da matrícula e somente uma vez ao ano, de R\$ 255,75 (duzentos e cinquenta e cinco reais e setenta e cinco centavos) a partir de 01/04/2020 e de R\$ 273,50 (duzentos e setenta e três reais e cinquenta centavos) a partir de 01/04/2021, ao empregado estudante, desde que comprove a efetiva matrícula em estabelecimento de ensino fundamental, de ensino médio e de ensino superior. Na hipótese do empregado não ser estudante, mas preenchidas as condições acima, o auxílio será concedido a um filho do mesmo, com idade até 18 (dezoito) anos. O valor da vantagem ora pactuada poderá ser compensado com benefício semelhante concedido pela empresa, de valor igual ou superior, destinado à educação.

Parágrafo primeiro

A concessão desse mesmo benefício no ano subsequente fica desde logo condicionada à efetiva comprovação da frequência no ano anterior, o que deverá ser comprovado pelo empregado quando da solicitação do benefício no ano seguinte.

Parágrafo segundo – Prazo para pagamento

As empresas farão o pagamento deste auxílio na folha de pagamento seguinte a do mês da solicitação do benefício.

AUXÍLIO CRECHE

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - AUXÍLIO CRECHE

As empresas poderão dar cumprimento ao disposto nos parágrafos 1º e 2º do art. 389 da CLT, bem como na Portaria MTE nº 3.296, de 03/09/86, mediante o pagamento de um auxílio creche a empregada ou empregado que comprovadamente tenha a guarda do(a) filho(a), em valor correspondente à mensalidade comprovadamente paga à creche regularmente estabelecida, para cada filho, nas seguintes condições:

a) até os 6 (seis) meses de idade da criança, o reembolso corresponderá ao valor integral que tiver sido efetivamente pago à creche, desde que esta tenha sido indicada pela empresa ou que tenha havido a concordância desta no que tange a sua escolha, e

b) do 6º (sexto) ao 48º (quadragésimo oitavo) mês de vida da criança, o reembolso será limitado ao valor de R\$ 266,90 (duzentos e sessenta e seis reais e noventa centavos) por mês a partir de 01/04/2020 e de R\$ 285,42 (duzentos e oitenta e cinco reais e quarenta e dois centavos) a partir de 01/04/2021.

Parágrafo único

Poderão também as empresas cumprir com a obrigação legal através de convênios com creches, garantidas, no mínimo, as condições desta cláusula.

OUTROS AUXÍLIOS

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - QUILOMETRAGEM RODADA

Sempre que, por mútuo acordo com a empresa, o empregado utilizar veículo próprio para o exercício de sua atividade profissional, a empresa ressarcirá a quilometragem rodada no valor de R\$ 0,95 (noventa e cinco centavos de real) por quilômetro rodado, a partir de 01/04/2020 e de R\$ 1,02 (um real e dois centavos) a partir de 01/04/2021, tanto para os carros movidos à gasolina como a álcool. O valor de reembolso corresponde às despesas de combustível, manutenção, depreciação, pneus, seguro do veículo, seguro obrigatório e IPVA.

Parágrafo único

As empresas poderão optar pelo ressarcimento dos valores gastos pelos empregados, desde que não sejam inferiores aos fixados no *caput*.

CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES DESLIGAMENTO/DEMISSÃO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DESPEDIDA POR FALTA GRAVE

Quando invocada a justa causa para a despedida, o empregado será informado, por escrito, dos motivos da dispensa.

AVISO PRÉVIO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DISPENSA DO AVISO PRÉVIO

Os empregados, com a anuência do Sindicato Profissional, poderão requerer a dispensa do aviso prévio, nos casos de rescisão de contrato sem justa causa e de pedido de demissão, desobrigando a empresa de seu correspondente pagamento. A anuência do Sindicato Profissional, a juízo da empresa, poderá ser dispensada, desde que haja inequívoca comprovação de que o empregado obteve outro emprego.

RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES ESTABILIDADE APOSENTADORIA

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - GARANTIA AO APOSENTANDO

Fica vedada a despedida sem justa causa, no período de 12 (doze) meses anteriores à aquisição do direito à aposentadoria voluntária ou por idade junto à previdência oficial, do empregado que trabalhar há mais de 5 (cinco) anos na mesma empresa, desde que comunique o fato, formalmente, ao empregador.

OUTRAS NORMAS DE PESSOAL

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - COBRANÇAS

Se não obrigado por contrato a efetuar cobranças, o vendedor receberá comissões por estes serviços, respeitadas as taxas em vigor para os demais cobradores.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - REEMBOLSO DE DESPESAS

Os gastos de viagens dos empregados com transportes, hospedagem, jantar, correios, estacionamento e pedágios, no exercício de seu trabalho, respeitando os limites/valores previamente estabelecidos entre a empresa e o empregado e, ainda, comprovados, ficarão a cargo da empresa, que deverá antecipadamente fornecer a título de "Fundo Fixo" para posterior prestação de contas mensal, por parte do empregado, dos valores correspondentes aos gastos acima mencionados.

JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS COMPENSAÇÃO DE JORNADA

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DOMINGOS E FERIADOS

O trabalho prestado em domingos e feriados, quando não compensado, será contraprestado com adicional de 100% (cem por cento), sem prejuízo da remuneração do repouso semanal.

CONTROLE DA JORNADA

CLÁUSULA VIGÉSIMA - REGISTRO DE PONTO

As empresas poderão adotar sistemas alternativos de controle da jornada de trabalho, conforme critérios estabelecidos na Portaria nº 373/2011.

FALTAS

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - JUSTIFICATIVA DE FALTAS

A comprovação dos motivos justificadores da ausência ao serviço será efetivada no momento do retorno ao trabalho, sob pena de preclusão.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE JORNADA

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - REUNIÕES DE TRABALHO

Os cursos e reuniões promovidos pelo empregador, quando de frequência e comparecimento obrigatórios, serão administrados e realizados, preferencialmente, dentro da jornada. O empregado fará jus à remuneração extraordinária quando se verificarem fora de seu horário de trabalho.

FÉRIAS E LICENÇAS REMUNERAÇÃO DE FÉRIAS

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - CÁLCULO DAS FÉRIAS E 13º SALÁRIO

No pagamento das parcelas rescisórias, da gratificação natalina e das férias dos comissionistas, os cálculos devem observar a média atualizada dos últimos 12 (doze) meses, com ressalva do 13º salário e férias proporcionais, relativamente aos quais deverão ser computados, para efeito da média, os meses inseridos nas respectivas proporcionalidades, e adotado o INPC/IBGE ou outro índice que vier a substituí-lo.

RELAÇÕES SINDICAIS LIBERAÇÃO DE EMPREGADOS PARA ATIVIDADES SINDICAIS

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - LICENÇA AOS DIRIGENTES SINDICAIS

Será concedida licença remunerada aos dirigentes sindicais, inclusive os delegados junto à Federação, para participação em congressos, cursos, conferências e seminários ligados à categoria profissional, por até 05 (cinco) dias úteis durante o prazo de vigência desta Convenção, à razão de um empregado por empresa, mediante prévio comunicado com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência à empresa e posterior comprovação de participação efetiva.

Parágrafo único

Considera-se de licença não remunerada, salvo as situações previstas no *caput* desta cláusula, o tempo em que os dirigentes sindicais se ausentarem do trabalho no desempenho de suas atribuições sindicais.

CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL

Os empregadores obrigam-se, em nome do sindicato profissional, a descontar dos salários de seus empregados sindicalizados, beneficiados ou não pela presente decisão, a título de contribuição assistencial, o valor equivalente a 01 (um) dia de salário já reajustado. O desconto deverá ser realizado em uma parcela, na folha de pagamento do mês de maio de 2021, devendo ser repassado aos cofres do sindicato profissional no prazo de 30 (trinta) dias contados de cada desconto. Se esgotados os prazos, e não tiver sido efetuado o recolhimento, este será acrescido de multa de 10% (dez por cento), juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e atualização monetária. Qualquer trabalhador integrante da categoria profissional poderá, no prazo de até 10 (dez) dias após o pagamento, opor-se ao desconto da contribuição assistencial, manifestação formal e escrita a ser efetuada perante a empresa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - CONTRIBUIÇÃO EMPRESARIAL

As empresas, associadas ou não, que possuam Propagandistas, Propagandistas-Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos no Município de Passo Fundo, recolherão aos cofres do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos no Estado do Rio Grande do Sul, às suas próprias expensas, a título de contribuição empresarial, o valor de R\$ 100,00 (cem reais) por propagandista do mês de abril de 2021, até o 15/06/2021, consoante autorização da assembleia geral extraordinária da categoria econômica.

Parágrafo único

Em caso de atraso nos recolhimentos previstos no *caput*, os mesmos estão sujeitos à atualização monetária e à multa de 10% (dez por cento).

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE REPRESENTAÇÃO E ORGANIZAÇÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - RELAÇÃO DOS EMPREGADOS

Obriga-se a empresa a remeter ao sindicato profissional, uma vez por ano, a relação de empregados pertencentes à categoria, acompanhada das guias de contribuição assistencial e da relação nominal dos empregados com salário anterior e o reajustado, no prazo máximo de 10 (dez) dias do último recolhimento.

DISPOSIÇÕES GERAIS MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIAS

As divergências na aplicação do disposto nesta Convenção e/ou decorrentes de casos omissos, serão obrigatoriamente resolvidos pela Justiça do Trabalho.

DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - MULTA PELO DESCUMPRIMENTO DA CONVENÇÃO

O descumprimento de qualquer uma das cláusulas desta Convenção importará no pagamento de multa equivalente ao piso salarial da categoria, que reverterá a favor da parte prejudicada.

Parágrafo único

A multa prevista no *caput* desta cláusula somente poderá ser cobrada após a parte prejudicada enviar notificação à outra, por escrito, para que cumpra a cláusula descumprida no prazo de 10 (dez) dias a contar do recebimento da notificação.

RENOVAÇÃO/RESCISÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - REVISÃO

A prorrogação ou revisão parcial ou total destes dispositivos somente será negociada nos 60 (sessenta) dias anteriores ao término desta Convenção.

OUTRAS DISPOSIÇÕES

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão regulados pela Consolidação das Leis do Trabalho e por toda a legislação posterior que regula a matéria.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - AFIXAÇÃO DE CÓPIAS

Cópias desta Convenção serão afixadas de modo visível, na sede das entidades convenientes e das empresas, dentro de 3 (três) dias do registro da Convenção pelo Ministério da Economia - Secretaria do Trabalho.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - FORMA

Este instrumento é lavrado por meio do Sistema Mediador do Ministério da Economia - Secretaria do Trabalho, e o protocolo do requerimento de registro, assinado pelas partes signatárias, será depositado na SRTE, tendo as cópias extraídas pelo Sistema Mediador plena validade legal.

SERGIO ROBERTO DA FONTOURA JUCHEM
PROCURADOR
SINDICATO DAS EMPRESAS DO COMPLEXO INDUSTRIAL DA SAUDE NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL -
SINDICIS

THOMAZ NUNNENKAMP
PRESIDENTE
SINDICATO DAS EMPRESAS DO COMPLEXO INDUSTRIAL DA SAUDE NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL -
SINDICIS

KATIA ALCALDE VIEIRA PINHEIRO
PROCURADOR
SINDICATO DAS EMPRESAS DO COMPLEXO INDUSTRIAL DA SAUDE NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL -
SINDICIS

VALMOR JOSE DE CAMARGO
PRESIDENTE
SINDICATO DOS PROPAGANDISTAS, PROPAGANDISTAS VENDEDORES, VENDEDORES E CONSULTORES DE
VENDAS DE PRODUTOS FARMACEUTICOS DE PASSO FUNDO RS

ANEXOS
ANEXO I - ATA AGE DATA-BASE 01/04/2020

[Anexo \(PDF\)](#)

ANEXO II - ATA AGE DATA-BASE 01/04/2021

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério da Economia na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.